



PUC GOIÁS

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E DA SAÚDE
CURSO DE ENFERMAGEM**

VITÓRIA BATISTA DE JESUS

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM SERVIÇOS DE SAÚDE:
FRAGILIDADE NA COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE**

GOIÂNIA-GO
2022

VITÓRIA BATISTA DE JESUS

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM SERVIÇOS DE SAÚDE:
FRAGILIDADE NA COMUNICAÇÃO E ACESSIBILIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III, do Curso de graduação em Enfermagem da Escola de Ciências Sociais e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Linha de pesquisa: Promoção da Saúde.

Orientador: Enf.^a Ma. Glenda Batista de Almeida Andrade

GOIÂNIA-GO
2022

SUMÁRIO

RESUMO	3
1. INTRODUÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS	6
2.1 Objetivo geral	6
2.1 Objetivos específicos	6
3. REVISÃO DA LITERATURA	7
3.1 Deficiência Auditiva	7
3.2 Leis de proteção e direito a pessoas com deficiência auditiva	8
3.3 O atendimento de pessoas com deficiência auditiva nos serviços de saúde	9
3.4 Letramento em saúde	10
3.5 Programas do Ministério da Saúde (MS) e a sociedade diante pessoas com deficiência auditiva	12
4. METODOLOGIA	14
4.1 Tipo de estudo	14
4.2 Local do estudo	14
4.3 Critérios de inclusão e exclusão	15
4.4 Coleta de dados	15
4.5 Análise dos dados	15
5. RESULTADOS	16
6. DISCUSSÕES	23
7. CONCLUSÃO.....	29
REFERÊNCIAS.....	30

RESUMO

JESUS, V. B. Pessoas com deficiência auditiva em serviços de saúde: fragilidade na comunicação e acessibilidade. 2022. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Enfermagem da Escola de Ciências Sociais e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de Goiás – Goiânia – Goiás, 2022.

Introdução: No âmbito da enfermagem, o diálogo com os pacientes se mostra fundamental. A privação da audição afeta essa relação, sendo necessário que os profissionais de saúde se aprofundem em conhecimentos voltados para melhor assistência e educação de pessoas com deficiência auditiva, para que o cuidado percorra todas suas necessidades humanas básicas. **Objetivo:** Descrever sobre a acessibilidade e assistência das pessoas portadoras de deficiência auditiva nos serviços de saúde. **Método:** O estudo se trata de uma revisão narrativa, que consiste em analisar dados acerca de um assunto específico, tema ou problema, a partir de referências teóricas já publicadas anteriormente. **Resultados:** Ao todo, foram localizadas 411 publicações, das quais foram incluídas 109 pela leitura dos títulos, por atenderem aos critérios de elegibilidade do estudo. Após leitura dos títulos, foram eleitas para leitura na íntegra 30 artigos, resultando, ao final, em dezesseis (16) artigos selecionados para análise. **Discussão:** Foi evidenciado que pessoas com deficiência auditiva têm dificuldade em serviços de saúde pela falta de acessibilidade na assistência. Grande parte dos profissionais de saúde entendem que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma forma de comunicação de pessoas com deficiência auditiva, contudo, grande maioria deles não têm conhecimento da língua e de outros métodos de comunicação. É reforçado sobre a importância da inclusão de Libras no currículo acadêmico do curso de enfermagem, visto o prejuízo direto que essa comunicação não eficaz traz ao paciente. **Conclusão:** A maioria dos profissionais de saúde não tem conhecimento sobre a língua de sinais, devido a isso, recorrem a estratégias não eficazes para tentar melhorar a comunicação com esse público. O letramento em saúde pode ser um importante caminho para melhorar a assistência a pessoas surdas e com deficiência auditiva, portanto capacitações profissionais e discussão sobre a melhoria na qualidade do atendimento deste público se torna necessário, pois são pessoas “surdas que ouvem”.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Deficiência auditiva; Enfermagem; Letramento em saúde.

1 INTRODUÇÃO

O principal meio de organização de ideias, pensamentos e de comunicação é a linguagem oral-auditiva. Entende-se como comunicação o processo de compartilhamento em que mensagens, opiniões, sentimentos e emoções são enviadas e recebidas. A audição é o sentido que percebe os sons. No caso de pessoas que possuem deficiência auditiva, a falha ou falta desse mecanismo interfere diretamente em sua relação com a sociedade (BRITTO; SAMPERIZ, 2010).

De acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS), deficiência pode ser definida como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. No que tange ao âmbito da lei, é considerado deficiente aquele que tem um ou mais problemas de funcionamento ou falta de parte anatômica, englobando os aspectos como locomoção, percepção, pensamento ou relação social. Os principais tipos de deficiência são: visual, motora, mental, auditiva e paralisia cerebral (BRITTO; SAMPERIZ, 2010).

Conforme Moreira (2022), a surdez é avaliada em graus, sendo ela leve, moderada ou grave. A autora sugere que a expressão deficiente auditivo deve ser evitada, e que se deve empregar corretamente o termo “pessoa com deficiência auditiva”. Os termos usados são: pessoa com deficiência auditiva (possuir algum grau de surdez considerado pela legislação atual); surdos (algum grau de perda de audição, independente de ser legalizado ou não); Surdos (fazer parte da comunidade usuária da linguagem de sinais e que se identificam com essa cultura).

No Brasil, 14,5% da população era incluída neste grupo no ano de 2000 e, entre essa porcentagem, cinco milhões se definiram com algum tipo de déficit auditivo (CASTRO; PAIVA; CÉSAR, 2012). Para a Legislação Brasileira, no Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura, principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras (BRASIL, 2005).

Pensando neste público e na comunicação, especificamente no âmbito da enfermagem, em que o diálogo com os pacientes se mostra fundamental para a identificação de sinais, sintomas e adversidades, além do desenvolvimento da comunicação terapêutica, que procurou compreender como este vínculo acontece. A privação da audição afeta essa relação, sendo necessário que os profissionais de

saúde se aprofundem em conhecimentos voltados ao atendimento e educação de pessoas com deficiência auditiva, para que haja um cuidado que assista todas suas necessidades humanas básicas (PAGLIUCA; FIUZA; REBOUÇAS, 2007).

Estudos mostram que existem falhas na comunicação não-verbal no tratamento de pacientes com deficiência auditiva, o que caracteriza ainda mais a necessidade de atenção e treinamento desses profissionais, a fim de promoverem um atendimento adequado (BRITTO; SAMPERIZ, 2010).

O Brasil é signatário da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), que tem valor Constitucional, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e se comprometeu a tomar medidas apropriadas para assegurar os direitos das pessoas com deficiência (PIOVESAN, 2014). Uma dessas medidas foi a criação da Lei nº 10.436/2002, que reconhece como meio legal de comunicação a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e outros recursos de expressão a ela associados. Por meio dessa Lei, as pessoas com deficiência auditiva passaram a ter mais visibilidade e acessibilidade (BRASIL, 2002). Outro meio de comunicação que pode auxiliar pessoas com deficiência auditiva é a tecnologia (QUEIROZ, 2008).

Para promover o letramento auditivo de pessoas com surdez, é necessário que o enfermeiro desenvolva competências comunicacionais condizentes as necessidades específicas de cada uma dessas pessoas, incluindo habilidade para comunicação verbal e não verbal, e o uso de Libras. A ampliação deste veículo de comunicação e do conhecimento se vê necessária na área da saúde, onde se pode tomar mão de materiais educativos, como impressos redigidos com uma linguagem condizente a do paciente, ou implementação de tecnologias, como a internet (vídeos, multimídias), para melhorar a comunicação profissional-paciente (REZENDE; GUERRA; CARVALHO, 2021)

Após observar a fragilidade de comunicação entre pacientes e profissionais de saúde, em que a deficiência auditiva do paciente é o entrave entre as partes, e por notar que a maioria dos profissionais não estão preparados para lidar com essa dificuldade e, muitas vezes, não compreendem a importância da capacitação em alternativas de comunicação, é que este trabalho se torna útil, para elucidar aos trabalhadores sobre as dificuldades da acessibilidade desta clientela nos serviços de saúde, demonstrar estratégias que viabilizem a melhor comunicação para pessoas com deficiência auditiva, visando uma boa qualidade de atendimento, e consequentemente, contribuir para a promoção da saúde.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral:

Descrever sobre a comunicação e assistência das pessoas portadoras de deficiência auditiva nos serviços de saúde.

2.2 Objetivos específicos:

- Conhecer os principais tipos de deficiências auditivas;
- Identificar as dificuldades na acessibilidade por pessoas com deficiência auditiva nos serviços de saúde;
- Apontar estratégias de comunicação efetiva entre o profissional de saúde e a pessoa com deficiência auditiva.

3 REVISÃO DA LITERATURA

3.1 Deficiência Auditiva

Audição normal é a habilidade de detectar sons de até 20 dB N.A (decibéis), e a deficiência auditiva é definida como mal desempenho na percepção de sons. É um dos tipos de deficiência mais incapacitantes, pois interfere diretamente na comunicação, na linguagem e em níveis de aprendizagem. Devido esta inabilidade, é comum observar quadros de depressão e declínio cognitivo em pessoas com essa deficiência, além de quadros de isolamento social, principalmente quando se trata de idosos (MONDELLI; BEVILACQU, 2002).

Os principais tipos de deficiência auditiva são condutivas, quando há uma interferência na transmissão do som do conduto auditivo externo até a orelha interna, podendo, na maioria das vezes, serem corrigidas por meio de tratamento clínico ou cirúrgico. Elas se classificam da seguinte forma: sensorio-neural, que é resultante de uma lesão nas células ciliadas da orelha interna ou no nervo auditivo, irreversível. Seguida, assim, pela deficiência mista, que é quando ocorre uma alteração na condução sonora até o órgão terminal sensorial por lesões no órgão sensorial ou nervo auditivo. A deficiência central ou surdez central, que é aquela que se manifesta em diferentes graus de falha na compreensão de informações sonoras, decorrente de alterações nos mecanismos de processamento no sistema nervoso central (MONDELLI; BEVILACQU, 2002).

De acordo com os critérios estabelecidos por Bess e Humes (2008), Davis e Silverman (1970), os níveis de limiares utilizados para caracterizar os graus de severidade da deficiência auditiva podem ser unilaterais e bilaterais:

Audição Normal – Limiares entre 0 e 24 dB nível de audição;

Deficiência Auditiva Leve – Limiares entre 25 e 40 dB nível de audição;

Deficiência Auditiva Moderada – Limiares entre 41 e 70 dB nível de audição;

Deficiência Auditiva Severa – Limiares entre 71 e 90 dB nível de audição;

Deficiência Auditiva Profunda – Limiares acima de 90 dB.

É importante que diagnósticos ligados a déficits auditivos sejam realizados o mais precocemente possível. Ele é realizado por meio do exame físico e com o auxílio

de um otoscópio, um aparelho que detecta bloqueios no canal auditivo, além de perfuração timpânica e infecções. Para a confirmação do diagnóstico, são prescritos alguns exames específicos, como: audiometria tonal, audiometria vocal e audiometria de tronco encefálico (BALEN; BRAZAROTTO, 2022).

No Brasil, a Lei Federal nº 12.303/2010, tornou obrigatório e gratuito a realização do teste da orelhinha ou triagem auditiva neonatal, que é um exame importante para detectar se o recém-nascido tem problemas de audição. Por meio deste teste é possível ter um diagnóstico precoce e o tratamento das alterações auditivas. O Conselho Federal de Fonoaudiologia e outras entidades brasileiras recomendam que o exame seja realizado na maternidade, antes da alta hospitalar. O teste da orelhinha é rápido, indolor e não tem contraindicação (VERNIER; CAZELLA; LEVANDOWSKI, 2022).

Em relação a deficiência auditiva no Brasil, 10,7 milhões de pessoas relataram ter essa deficiência, sendo que 2,3 milhões apresentavam uma deficiência severa. A maioria, é do sexo masculino (54% homens e 46% de mulheres). É visto, também, que 57% dessas pessoas estão na faixa dos 60 anos, e 15% já nasceram surdos (GANDRA, 2019).

3.2 Leis de proteção e direito a pessoas com deficiência auditiva

Portadores de deficiência auditiva possuem diversos direitos garantidos por lei, que tem como objetivo a melhoria na qualidade de vida, assim como uma tentativa de fornecer as mesmas condições que possui uma pessoa sem deficiência, onde, além da comunicação, também se destacam:

- Transporte público: pessoas com deficiência auditiva têm direito integral ao passe livre, para uso gratuito do transporte interestadual (BRASIL, 1994);

- Espetáculos artísticos, culturais e esportivos: a lei 12.933/13 garante a deficientes auditivos o benefício de 50% de desconto na compra de ingressos para espetáculos (BRASIL, 2013);

- Acessibilidade em programas de televisão: desde 2017 é obrigatório que programas da televisão apresentem legenda oculta ativável pelo controle remoto, além da janela de libras, onde um(a) intérprete traduz o idioma do áudio, sendo obrigatório no horário político e campanhas institucionais do Governo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020);

- Estudos: pessoas com deficiência auditiva que desejarem entrar em uma universidade podem pleitear bolsa parcial ou integral, por meio de programas do governo federal;

- Empregos: a lei 8.213/91 obriga empresas com mais de 100 funcionários a contar vagas específicas a pessoas com deficiência, incluindo quem possui perda parcial ou total da audição (BRASIL, 1991);

- Concursos públicos: como consta no Artigo 37 do Decreto 3.289/1999, é obrigatório o destino de 5% das vagas em tais certames a pessoas com deficiência (BRASIL, 1999);

- Auxílio do Sistema Único de Saúde (SUS): quem possui deficiência auditiva pode recorrer aos serviços públicos de saúde;

- Lei 10.436/2002: a lei de Libras obriga os órgãos públicos a dispor de um(a) intérprete para o atendimento de pessoas com deficiência auditiva. A mesma lei também prevê a divulgação da língua por meio de inclusão de libras nos cursos de formação de educação especial, fonoaudiologia e magistério em níveis médio e superior.

3.3 O atendimento de pessoas com deficiência auditiva nos serviços de saúde

Quando se fala em atendimento a pessoa com deficiência auditiva, logo a forma de comunicação é lembrada. A comunicação em saúde é o estudo e a utilização de mecanismos para informar e influenciar decisões, no sentido de promover saúde. Uma boa comunicação é de extrema importância, pois ela influencia na avaliação que os profissionais de saúde recebem em relação a qualidade do cuidado, adaptação psicológica a doença e a adesão aos medicamentos. A falha nela impossibilita a criação de boas estratégias em saúde, baseadas no senso crítico (TEIXEIRA, 2004).

A comunicação na área da saúde é como o paciente mantém contato com o profissional, e é por meio dela que há expressão de seus sentimentos de dor, problemas, necessidades e anseios. Essa interação é impossibilitada quando há alguma barreira na comunicação, como é o caso de pacientes com deficiência auditiva. Na maioria das vezes, a família é o principal meio de intermédio, o que impede o paciente de se manifestar, adequadamente, e interfere no acolhimento holístico e humanizado (TEIXEIRA, 2004).

Esse acolhimento é mantido por meio do estabelecimento de relação, vínculo e confiança entre os profissionais e pacientes, procurando resolver a problemática da pessoa que procura o serviço de saúde. O acolhimento necessita de ferramentas de comunicação e ética. Em razão disso, acolher pessoas portadoras de deficiência auditiva se mostra um grande desafio para os trabalhadores da saúde (KARSTEN; VIANNA; SILVA, 2017).

Para enfrentar essa problemática, o profissional deve procurar um aprimoramento técnico e científico, visando o bem-estar desses usuários na assistência à saúde. Para prestar um cuidado adequado, deve-se aprender outras maneiras de comunicação, além da fala, por meio de elementos não verbais. Deve haver uma capacitação para esses profissionais e o planejamento de estratégias específicas e eficazes, para que haja um bom acolhimento. Durante a formação acadêmica, em várias universidades são ofertadas disciplina de Libras, mas como uma matéria optativa. O ideal seria que fosse uma cadeira obrigatória (KARSTEN; VIANNA; SILVA, 2017).

Segundo Rezende, Guerra e Carvalho (2021), as barreiras da comunicação entre os profissionais de saúde e o paciente com surdez dificultam o atendimento integral, fazendo com que eles sejam desestimulados a procurar um serviço de saúde. De acordo com estudos realizados por eles, em duas intuições de apoio à comunidade surda, as pessoas com deficiência auditiva não estavam satisfeitas com o atendimento médico, relatando que o método de comunicação utilizado não foi efetivo, destacando a necessidade de implementação de estratégias para garantir acessibilidade e integralidade. Esses pacientes relataram que não havia intérpretes nos locais de saúde, o que dificultava a relação entre profissional de saúde e paciente.

3.4 Letramento em saúde

A comunicação se mostra como uma das bases da assistência de enfermagem, já que envolve os relacionamentos interpessoais: a fala, as expressões faciais e os meios de senso percepção, que expressam o cuidado. Por essa razão, é uma habilidade de extrema importância a ser desenvolvida por graduandos da área, para que a assistência seja realizada de forma eficaz e humana (SOARES *et al.*, 2022).

O Letramento em Saúde (LS), caracteriza-se como a capacidade que um indivíduo possui de acessar, entender, avaliar e utilizar informações e serviços para a tomada de decisões sobre sua saúde de maneira bem fundamentada. Estudos indicam que indivíduos com LS, adequado, tendem a apresentar melhores condições de saúde. Entretanto, quando há limitações, está diretamente associado com saúde mais pobre, uso menos eficiente dos serviços de saúde e a mortalidade mais alta. Diante disso, o LS pode ser utilizado como estratégia de promoção da saúde e prevenção de agravos (BARBOSA *et al.*, 2022).

A deficiência auditiva traz consigo prejuízos para a comunicação e, em muitos casos, produz uma barreira para a comunicação entre profissionais de saúde e pacientes. Essa situação contribui para a baixa adesão da pessoa com deficiência auditiva aos serviços de saúde e para diagnósticos inadequados, interferindo, assim, na qualidade de vida dessa população (REZENDE; GUERRA; CARVALHO, 2021).

Estudos evidenciam que diversas pessoas podem apresentar dificuldade em compreender orientações sobre cuidados em saúde. No âmbito de pessoas com deficiência auditiva, essa compreensão se torna quase nula pela dificuldade na comunicação (MARQUES; LEMOS, 2018).

Limitações no LS dificultam a promoção da saúde, e podem causar prejuízos diretos ao bem-estar do paciente, por isso, os profissionais de saúde devem ter foco nessas questões para solucionar a falta de compreensão das informações repassadas. Essas dificuldades podem se refletir em comportamentos de risco, redução do autocuidado e aumento de hospitalizações e custos desnecessários (PRATA *et al.*, 2022).

No entanto, é necessário a definição de estratégias para aprimoramento da compreensão dos usuários com deficiência auditiva. Achados na literatura evidenciam que a criação de mecanismos como educação em saúde e capacitação de profissionais, para atuar com pessoas deficientes auditivas, podem melhorar e aprimorar o atendimento prestado pelo profissional enfermeiro. O principal foco é que o paciente compreenda, adequadamente, o que for repassado pelo médico/enfermeiro, para que possa aplicar essas informações no cotidiano, visando a melhora da qualidade de vida.

3.5 Programas do Ministério da Saúde (MS) e a sociedade diante pessoas com deficiência auditiva

O MS dispõe da portaria nº 793, de 24 de abril de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que traz sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes (BRASIL, 2012).

Esta portaria tem como objetivo: ampliar o acesso e qualificar o atendimento às pessoas com deficiência temporária ou permanente, sendo esta deficiência progressiva, regressiva ou estável e intermitente ou contínua; promover a vinculação das pessoas com deficiência auditiva, física, intelectual, ostomia e com múltiplas deficiências e suas famílias aos pontos de atenção; e garantir a articulação e a integração dos pontos de atenção das redes de saúde no território, qualificando o cuidado por meio do acolhimento e classificação de risco (BRASIL, 2012).

A Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS proporciona às pessoas com deficiência auditiva o direito a centros especializados de reabilitação, para a obtenção de um tratamento de qualidade, serviços de atenção domiciliar, oficinas ortopédicas para obtenção de próteses e atenção hospitalar com acessibilidade e equidade (RIBEIRO *et al.*, 2021).

Também foi criada a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência com o objetivo de promover qualidade de vida e assistência integral a pessoas portadoras de deficiência, além de ampliar os mecanismos de informação e capacitar os recursos humanos (BRASIL, 2008).

De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), 8,4% da população brasileira acima de 2 anos (17,3 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência e quase metade dessa parcela (49,4%) é de idosos.

[...] entendemos que a deficiência é um conceito em evolução e é composta pela interação de três dimensões principais: os impedimentos, as barreiras e as restrições de participação dessas pessoas quando comparamos com o restante da população. E à medida que a população vai envelhecendo, impedimentos vão surgindo, como, por exemplo, menor acuidade visual, auditiva ou motora. Isso explica o alto percentual de idosos com deficiência [...] (JANONE; ALMEIDA, 2021, s. p.)

Na contemporaneidade, com a instituição dos direitos humanos, ações de educação e inclusão vêm sendo implantadas no país, visando com que pessoas com deficiência tenham pleno desenvolvimento e acesso a todos os recursos da sociedade, assim como não portadores de deficiências. Essa promoção da inclusão social vai além da criação de leis, direitos e decretos. É necessário que a sociedade tome consciência e promova, por meio de atitudes, esse ato. Além disso, dificuldades como ruas inadequadas, calçada sem rampas, semáforo sem aviso sonoro e falta de pessoas que traduzam libras devem ser combatidas para proporcionar maior acessibilidade (SCHWARZ; HABER, 2009).

Outro programa implementado pelo Ministério da Saúde é o rastreio de deficiência auditiva neonatal, que consiste na produção de um estímulo sonoro e na captação do seu retorno por meio de uma delicada sonda introduzida na orelhinha do nenê. É rápido, seguro e indolor. Este exame é feito ainda no hospital, com o recém-nato dormindo, a partir de 48 horas de vida. Ele leva de 5 a 10 minutos para ser concluído. No caso de suspeita de alguma anormalidade, o bebê será encaminhado para uma avaliação otológica e audiológica completa (BRASIL, 2012).

Em relação a aceitação familiar, o nascimento de uma criança portadora de deficiência traz diversas mudanças e sentimentos. No geral, a maioria das famílias vivenciam três fases: negação, onde os pais não querem aceitar o diagnóstico, há sentimento de culpa, desespero, rejeição e, é comum esses sentimentos levarem a situações de conflito; depois, na fase de adaptação, os pais começam a se adequar ao diagnóstico e procuram se informar e entender a situação. Por último, na fase de aceitação, os pais se tornam mais participativos, procurando apoio e tomando, na maioria das vezes, posturas protetoras (SILVA; ALVES, 2021).

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de Estudo

A pesquisa se trata de uma revisão narrativa da literatura, que consiste em analisar dados acerca de um assunto específico, tema ou problema, a partir de referências teóricas já publicadas, a fim de sintetizar conhecimentos e contribuir para a literatura.

É uma ferramenta de elaboração de estudo científico em que se definem objetivos a serem respondidos por meio da seleção de dados e critérios metodológicos pré-estabelecidos. Os dados selecionados foram discutidos e interpretados como resultados, de forma a contribuir na construção de subsídios e aplicabilidade do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

É constituída por uma análise ampla da literatura, sem estabelecer uma metodologia rigorosa e replicável em nível de reprodução de dados e respostas quantitativas para questões específicas, como explicitam Vosgerau e Romanowsk (2014). No entanto, é fundamental para a aquisição e atualização do conhecimento sobre uma temática específica, evidenciando novas ideias, métodos e subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada (ELIAS *et al.*, 2012).

4.2 Local de Estudo

O estudo foi realizado por meio de artigos científicos sobre deficiência auditiva, letramento em saúde na enfermagem e a dificuldade na comunicação de pessoas com deficiência no atendimento em saúde. Para melhor compreensão e discussão dos dados, foram utilizados os descritores: enfermagem; deficiência auditiva; comunicação; letramento em saúde, e os operadores booleanos: *AND*, *OR* e *NOT*.

A captura dessas produções foi processada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo utilizadas as bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe, em Ciências da Saúde (LILACS), Periódicos CAPES, e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

4.3 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos textos e artigos científicos publicados sobre a temática, no período de 2018 a 2022, em português, disponibilizados na íntegra e em meio digital. Foram excluídas teses, monografias e dissertações.

4.4 Coleta de Dados

Os dados foram coletados, utilizando os descritores e os operadores booleanos, com as seguintes estratégias para busca dos artigos: ((Enfermagem) *OR* (Deficiência auditiva) *AND* (Comunicação) *OR* (letramento em saúde)).

Após a busca dos artigos, foi realizada a seleção a partir da leitura dos títulos; em seguida, fez-se a leitura dos resumos para confirmação dos critérios de inclusão e exclusão. Após essa etapa, foi realizada uma leitura dos artigos na íntegra, com síntese sobre os principais pontos.

As leituras seguiram orientações conforme Gil (2018), que, após identificação dos artigos, foram realizadas as leituras do tipo exploratória, na qual se investiga até que ponto a obra consultada interessa à pesquisa; a leitura seletiva, em que se seleciona o material, responde ao objetivo da pesquisa e soluciona o problema proposto. Em seguida, a leitura analítica, que tem por objetivo ordenar e sintetizar as informações obtidas, de forma que estas possibilitem o alcance de respostas para o problema de pesquisa; e por fim, foi realizada a leitura interpretativa, relacionando-se a questão problema com as propostas de solução encontrada, procurando oferecer um significado mais abrangente aos resultados obtidos na leitura anterior.

4.5 Análise de Dados

Os dados foram sintetizados num quadro e categorizados de acordo com título, autor e data de publicação, objetivos, principais resultados e considerações.

5 RESULTADOS

Ao todo, foram localizadas 411 publicações, das quais foram incluídas 109 para leitura dos títulos, por atenderem aos critérios de inclusão e exclusão do estudo. Após leitura dos títulos, foram eleitas para leitura, na íntegra, 30 artigos, resultando aofinal, em dezesseis (16) artigos selecionados para análise apresentados no Quadro 1 em acordo com periódico e ou editora que textos / publicações foram encontradas.

Quadro 1: Mecanismo de busca e textos, de acordo com periódicos, livros. Goiânia - GO (2022)

Periódicos / Editoras		Textos obtidos
1.	Editora CRV – Curitiba-PR	2
2.	Ensino, Saúde e Ambiente	1
3.	Escola AnnaNery	1
4.	FCSH - Universidade Nova Lisboa	1
5.	Research, Society and Development	2
6.	Revista Baiana de Enfermagem	2
7.	Revista de Iniciação Científica e Extensão	1
8.	Revista Eletrônica de Enfermagem	1
9.	Revista Eletrônica Mutações	1
10.	Revista Enfermagem Atual In Derm.	1
11.	Revista Enfermagem UFPE on line	1
12.	Revista Enfermagem UFSM	1
13.	Revista Recien - Revista Científica de Enfermagem	1
Total		16

Fonte: Autora (2022).

Em relação as revistas científicas, observou-se que a maioria dos textos foram publicados pelas Editora CRV – Curitiba-PR, Research, Society and. Development e Revista Baiana de Enfermagem; os demais estudos foram publicados pelas seguintes revistas: Escola Anna Nery, Revista Eletrônica de Enfermagem, Revista de Iniciação Científica e Extensão, Revista Recien, Revista Enfermagem Atual In Derme, Revista de Enfermagem da UFSM dentre outras.

Após as leituras dos artigos, foram encontradas sobre as dificuldades de comunicação de pessoas com deficiência auditiva ao frequentar serviços de saúde, além das estratégias de comunicação utilizadas pelos profissionais para facilitar esse contato. Os estudos foram agrupados por instrumento utilizado, assim foi possível analisar as semelhanças no contexto de seus conteúdos. Diante dos dez estudos, vieram a ser utilizadas para análise as variáveis título, ano, revista, idioma, população, objetivos e resultados do estudo. A Tabela 1, evidencia a síntese dos estudos analisados de acordo com os anos.

Tabela 1: Síntese dos textos escolhidos para o estudo de acordo com o ano de publicação. Goiânia - GO (2022).

ANO	N	%
2018	5	32
2019	2	12
2020	2	12
2021	3	19
2022	4	25
TOTAL	16	100

Fonte: Autora (2022).

As buscas foram feitas de artigos publicados entre 2018 e 2022, nas bases de dados descritas acima, sendo cinco (5) em 2018; dois (2) em 2019; dois (2) em 2020; três (3) em 2021; quatro (4) em 2022. Dessa maneira, observa-se que a maioria dos artigos foram publicados nos anos de 2018 e 2022, perfazendo um total de 57% do total. Já em relação ao idioma, os dezesseis (16) estudos encontrados foram publicados em língua portuguesa.

O Quadro 2 expõe os artigos/textos analisados, escolhidos para este trabalho, em acordo com título, autor, ano de publicação, objetivo geral do estudo, principais resultados e conclusão / considerações finais em acordo com cada um.

Quadro 2: Descrição dos estudos selecionados na revisão narrativa.

TÍTULO	AUTOR / DATA	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS	CONCLUSÃO/ CONSIDERAÇÕES
Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda.	BERNARDO <i>et al.</i> , 2021.	Compreender as potências e os limites no cotidiano da formação dos estudantes de graduação no cuidado à saúde da pessoa surda.	As potências no cotidiano da formação dos estudantes no cuidado à saúde da pessoa surda mostram-se na comunicação instituinte, na técnica socialidade, no cuidado e no falar Libras e poder integrar-se à comunidade surda. Os limites mostram-se nos modelos e nas práticas formativas não inclusivas, na impessoalidade da interpretação e na falta de especificidade técnica na disciplina de Libras.	Conclui-se que há a necessidade de se refletir sobre os currículos dos cursos da área da saúde, proporcionando a inclusão do cuidado à saúde da pessoa surda, a fim de capacitar os estudantes para a atuação nos diferentes níveis de complexidade.
Estratégias de comunicação utilizadas no atendimento de portadores de deficiência auditiva.	CARVALHO, MAZEU, SANTOS, 2022.	Conhecer as dificuldades de comunicação enfrentadas pela equipe de enfermagem no atendimento do portador de deficiência auditiva e as estratégias de comunicação utilizadas para melhoria desse atendimento.	A discussão dos artigos apontou que é vigente a dificuldade na comunicação entre a equipe e os deficientes auditivos e, através de pesquisas, buscar estratégias para melhorar o atendimento nos serviços de saúde.	Conclui-se que é de suma importância a inserção dessa temática na formação profissional e que os atuais, possam trazer novas estratégias, a fim de proporcionar uma assistência qualificada e inclusiva a essa população.
Estudos da deficiência: interseccionalidade, antipacitismo e emancipação social	GESSER; BLOCK; MELLO, 2020.	Defender a relevância de uma perspectiva antipacitista nas pesquisas e práticas sociais, a qual coaduna com a luta política das pessoas com deficiência pela garantia dos direitos humanos e da justiça social.	O capacitismo é estrutural e oprime não só pessoas com deficiência, mas também outros grupos sociais que diferem do ideal de conformidade. Em seguida, mostram a relação do capacitismo com a eugenia.	Defendem uma perspectiva emancipatória da deficiência, destacando que esta também precisa ser interseccional, a fim de incluir as lutas antipacitistas ao lado das lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas.

<p>Acessibilidade de deficientes auditivos na atenção primária: uma reflexão sociocultural sob o olhar da enfermagem.</p>	<p>FRANÇA <i>et al.</i>, 2022.</p>	<p>Promover uma reflexão para avaliar o nível de acessibilidade disponibilizada no atendimento de pessoas com deficiência auditiva na atenção básica primária à saúde.</p>	<p>Com os resultados encontrados a partir da reflexão realizada nos artigos selecionados, pudemos listar quatro pontos em comuns entre eles, na qual se destacam as Políticas Públicas que auxiliam na acessibilidade, são eles: Obstáculos na comunicação entre o profissional e o Deficiente auditivo, políticas públicas que auxiliam na acessibilidade, desafios históricos e socioculturais encontrados na vivência do deficiente auditivo e visão da equipe multiprofissional, frente ao acolhimento e acessibilidade.</p>	<p>Considerando esses aspectos, ficou nítido que o atendimento ao deficiente auditivo possui vários empecilhos sociais e culturais, e que o enfermeiro possui papel fundamental na prevenção e promoção da saúde desse grupo.</p>
<p>Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde.</p>	<p>MARQUET; COSTA; TESTON, 2018.</p>	<p>Descrever o conhecimento e a capacitação dos profissionais de saúde quanto à comunicação com os deficientes auditivos.</p>	<p>Verificou-se que 92,4% dos profissionais acreditavam estar despreparados para atender o deficiente auditivo, 83,8% não sabiam comunicar-se com esses e 96,5% não sabiam se comunicar em Libras. Muitos utilizavam estratégias visando quebrar a barreira de comunicação, tais como: gestos e escritas (18,7%), fala e gestos (11,6%), entre outros.</p>	<p>Na percepção dos profissionais de saúde, a barreira de comunicação com os deficientes auditivos ocorria por não saberem comunicar-se em Libras; por isso, utilizavam mecanismos como gestos e mímicas para tentar a comunicação.</p>
<p>Formação de profissionais para a atenção a saúde de deficientes auditivos</p>	<p>MARQUETE <i>et al.</i>, 2018.</p>	<p>Conhecer a percepção dos acadêmicos dos cursos da área da saúde sobre a sua formação para assistência aos deficientes auditivos.</p>	<p>Participaram da pesquisa 42 acadêmicos. A análise resultou no eixo temático: desafios vivenciados na formação para o cuidado a indivíduos com deficiência auditiva.</p>	<p>Emergiu a necessidade de as instituições de ensino superior criarem estratégias para sensibilizar os acadêmicos para a importância desse aprendizado e oferecer uma formação de qualidade, buscando capacitá-los, efetivamente, para comunicação e atenção à saúde dos deficientes auditivos.</p>
<p>Contribuições da ética do cuidado para a construção de práticas de coensino emancipatórias</p>	<p>MARTINS; MONTEIRO, 2020.</p>	<p>Romper com o ensino institucionalizado e serem baseadas na educação inclusiva.</p>	<p>Fundamenta nos princípios dos direitos humanos e que visa garantir o acesso à educação a todos e todas, independentemente do gênero, classe social, etnia, raça, crença ou condição de deficiência.</p>	<p>As relações existentes entre educação inclusiva, coensino e ética do cuidado são realizadas a partir do diálogo com as teorias feministas. Autoras abordam alguns fatores de sucesso do coensino no Chile, nos EUA, na Espanha e na Grécia.</p>

Assistência de enfermagem a uma paciente surda hospitalizada: relato reflexivo de uma experiência .	NEPOMUCENO <i>et al.</i> , 2022.	Relatar, numa perspectiva reflexiva, a experiência vivenciada por internos de enfermagem no seu processo prático de formação a assistência de enfermagem a uma paciente surda hospitalizada.	Os discentes se depararam com dois grandes desafios: implementar os conhecimentos técnicos-teóricos baseados em evidência científica estudadas durante a graduação; e prestar uma assistência de alta complexidade para uma paciente surda. Ambos os desafios foram importantes para processo de aprendizagem dos internos. Contudo, pode-se considerar que o mais complexo foi estabelecer uma comunicação eficaz na assistência.	A equipe da unidade de saúde prestou, mesmo com suas limitações, uma assistência de qualidade à paciente, pautada nos princípios éticos, morais e bioéticos. A experiência e reflexões descritas foram importantes para a aquisição e consolidação de conhecimentos técnicos-teóricos e o aprimoramento do julgamento clínico e crítico dos internos de enfermagem e de seus supervisores.
A importância do Letramento em Saúde na Atenção Primária: revisão integrativa da literatura.	RIBAS; DE ARAÚJO, 2021.	Discutir, a aplicação e funcionalidade do letramento na Atenção Primária, visando apresentar de forma clara o desenvolvimento dos pacientes, apresentando os fatores que tornam essa prática tão importante e vetor de mudanças na saúde da população	Após a análise dos artigos foram encontrados os seguintes temas para discussão: Letramento como um determinante social de saúde da população; Letramento em Saúde na Atenção Primária; e Desenvolvimento do Letramento em Saúde.	O letramento em saúde inadequado pode contribuir para agravos na condição de saúde e doença da população, sendo relevante seu reconhecimento para o estabelecimento de estratégias e ações que visem melhores resultados na produção do cuidado.
O papel do enfermeiro frente ao paciente surdo.	SANCHES <i>et al.</i> , 2019.	Relatar a experiência vivenciada por discentes do Curso de graduação em Enfermagem, em uma atividade de extensão sobre a sensibilização sobre o papel do enfermeiro no atendimento ao surdo e a importância do uso da Libras em seu campo de atuação.	Observou-se que os alunos estavam atenciosos, absorveram o máximo de informações possíveis, dando relevância à importância de um profissional saber Libras, quando necessário.	Necessita-se, assim, de os profissionais de saúde estarem se atualizando, por meio do curso em LIBRAS, para que possam estar aptos para atender os indivíduos surdos de maneira que aconteça um atendimento satisfatório de ambas as partes.
Comunicação efetiva como forma de inclusão no atendimento à pessoa com deficiência auditiva.	SANTOS, <i>et al.</i> , 2022.	Identificar a importância da comunicação efetiva realizada pelos profissionais de saúde como forma de inclusão no atendimento à pessoa com deficiência auditiva nos serviços de	A literatura demonstrou que os profissionais de saúde das diferentes especialidades, em sua grande maioria, se sentem despreparados para atender esse público, por não saberem se comunicar através da Língua Brasileira de Sinais.	Isso reflete a fragilidade na formação desses profissionais que não tem contato com a LIBRAS, durante a graduação e nem depois de formados, desrespeitando leis que garantem o direito das pessoas surdas.

		saúde, e as dificuldades e obstáculos que envolvem essa prática.		
Comunicação eficaz através da língua brasileira de sinais do profissional de enfermagem com os deficientes auditivos	SILVA; ANDRADE, 2018.	O objetivo desta pesquisa foi investigar como ocorre a comunicação entre enfermeiros e os deficientes auditivos do município de Valparaíso de Goiás.	Os deficientes auditivos (DA), no Brasil, somam cerca de 5,7 milhões. Desses, aproximadamente, um milhão apresentam surdez severa. Embora sejam feitas muitas pesquisas sobre a comunicação não-verbal, é escassa a literatura existente a respeito da comunicação de profissionais de saúde com populações surdas.	Observou-se que os profissionais de enfermagem necessitam ainda de uma maior conscientização e Capacitação do Processo de Inclusão das pessoas surdas.
O som dos gestos	SILVA, 2018.	O objetivo do projeto é esse mesmo. Passar e relembrar, para aquele que vê, que existem outras realidades. Que cada cultura é diferente, todos sentimos de forma diferente e comunicamos de forma diferente.	Conseguiu-se perceber, através deste estudo, que o desenvolvimento da arte e da forma como se a prática, veio ajudar a que se começasse a usar novas estratégias e métodos, para serem aplicados em trabalhos ou projetos que envolvessem certas comunidades. É certo de que as práticas artísticas podem ser uma forte ajuda no que toca à inclusão social.	Estes projetos artísticos podem ser feitos, não só por ouvintes, mas também por surdos. A arte feita por surdos, seja ela poemas, teatro, música, é de maior relevância porque os artistas surdos têm uma "voz" poderosa que pode sensibilizar a comunidade ouvinte e até a sua própria comunidade, mais concretamente as crianças.
Como eu falo com você? a comunicação do enfermeiro com o usuário surdo	SOARES <i>et al.</i> , 2018.	Descrever os saberes e as práticas de profissionais enfermeiros da atenção básica na assistência do usuário surdo.	Emergiram das falas dos sujeitos as unidades temáticas: "Desconhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais" e "Práticas utilizadas pelos enfermeiros para viabilizar a interação com usuários surdos".	Os sujeitos do estudo não sabiam comunicar-se por meio da Língua Brasileira de Sinais, consideravam a ausência de acompanhante como barreira para a assistência aos usuários surdos e precisavam de outros meios para se comunicar com esses usuários, a exemplo da escrita, com os usuários alfabetizados, e a utilização de gestos ou leitura labial.
Escola bilíngue X escola comum: a construção da identidade do aluno surdo em diferentes espaços escolares.	SOUZA, 2021.	Fazer um estudo comparativo com alunos surdos inseridos no ensino regular e em escolas bilíngues verificando como se dá a construção da identidade desses sujeitos em diferentes espaços escolares.	Durante a coleta de dados, contou-se com a presença do professor intérprete de Libras e foram entrevistados 04 alunos.	Constata-se que o elemento caracterizador da identidade de qualquer indivíduo é a língua. É ela quem diz quem somos e de onde somos.

<p>Acessibilidade do adolescente com deficiência auditiva aos serviços de saúde</p>	<p>THOMAZ, <i>et al.</i>, 2019.</p>	<p>Identificar a perspectiva do cuidador familiar acerca das facilidades e dificuldades no acesso do adolescente com deficiência auditiva aos serviços de saúde.</p>	<p>Os resultados mostram que a busca pelos serviços de saúde ocorre, esporadicamente, em casos de adoecimento e/ou consultas regulares. Os participantes relataram preconceito e indiferença vivenciados dentro dos serviços de saúde. Soma-se a dificuldade que os profissionais têm em comunicar-se com os surdos, ferindo os princípios do Sistema Único de Saúde e levando a consultas insatisfatórias.</p>	<p>Conclui-se que a falta de preparo e a insegurança dos profissionais dificultam. Significam ente, a qualidade e a humanização da assistência, uma vez que a comunicação é a base para o entendimento humano.</p>
---	-------------------------------------	--	---	--

6 DISCUSSÃO

Após a análise dos artigos, foi possível perceber que grande parte dos profissionais de saúde entendem que Libras é uma forma de comunicação de pessoas com deficiência auditiva, contudo, grande parte deles não tem conhecimento da língua. Essa falta de domínio leva a uma barreira na comunicação, trazendo ao atendimento em saúde dificuldade de compreensão das orientações passadas referentes ao diagnóstico e tratamento desses pacientes.

Marquete, Costa e Teston (2018), em sua pesquisa, com 198 profissionais que compõem a equipe de enfermagem de um município da região Noroeste do estado do Paraná, constataram que é predominante o número de profissionais de saúde que não sabem comunicar-se em Libras. Demonstraram que 80,85% dos profissionais não possuíam conhecimento sobre a língua e 95,2% não realizaram nenhum tipo de especialização ou formação de tradutor e intérprete. Eles reforçaram que essa situação é preocupante, já que, devido a isso, esses profissionais podem prestar uma assistência ineficaz, pela ausência da comunicação, ferramenta fundamental em toda a assistência à saúde.

Neste sentido, autores reforçam que as dificuldades e obstáculos na comunicação entre os profissionais de saúde e os deficientes auditivos são motivos que diminuem a adesão do paciente ao tratamento, bem como, dificultam o acolhimento e a procura por serviços na atenção básica. Além disso, outros desafios de cunho histórico, social e cultural são vistos, o que se leva a considerar que seus direitos garantidos por lei, não são respeitados por diversas camadas da sociedade (FRANÇA *et al.*, 2022)

Soares *et al.* (2018), abordam que o desconhecimento de Libras por parte dos profissionais de saúde, diante pessoas com deficiência auditiva, deixando a clientela insatisfeita e acarretando angústias. Usualmente, elas não conseguem ser entendidas e não conseguem compreender as orientações recebidas. Ele diz ainda, no mesmo estudo, que quando os profissionais de saúde sabem Libras e conseguem comunicar-se de forma eficaz com seus usuários, há uma assistência mais humanizada, respeitosa e inclusiva.

A falta de comunicação entre paciente e profissional chama a necessidade de um mediador que saiba interpretar a Língua Brasileira de Sinais. Esse processo é uma invasão de privacidade e quebra de sigilo. Além disso, as respostas necessárias para

resolver as questões de saúde podem não ser compreendidas, atrapalhando, assim, o processo de diagnóstico e tratamento desse paciente (SOARES *et al.*, 2018).

Algumas das estratégias que são utilizadas pelos profissionais de saúde para estabelecer a comunicação entre pacientes deficientes auditivos são: a leitura labial, mímicas, a própria escrita na língua portuguesa e intermediação de acompanhantes. Contudo, nenhuma dessas estratégias ofertam uma assistência de total qualidade ao paciente, isso reforça mais ainda que o uso da Língua Brasileira de Sinais proporciona uma assistência de qualidade e holística (CARVALHO; MAZEU; SANTOS, 2022).

Bernardo *et al.* (2021), reforçam que é de suma importância quebrar as barreiras de comunicação ao melhorar essa interação entre o paciente surdo e o profissional de saúde garantindo uma compreensão mútua ao oferecer uma assistência de qualidade. No entanto, os autores reafirmam que, por meio do ensino de Libras, o profissional de saúde reconhece as necessidades do paciente, e conseqüentemente, melhora a assistência prestada.

Thomaz *et al.* (2019), alertam em suas análises de casos que dentro do próprio serviço de saúde, o surdo sofre preconceito e indiferença pelos profissionais de saúde, que, por preconceito, acreditam que o surdo é incapaz e debilitado devido a sua falta de audição. Esses achados literários mostram que existe, atualmente, nos serviços de saúde uma falta de conhecimento e de preparo dos profissionais para lidar com o atendimento a pessoa com deficiência auditiva. Desta forma, fica evidente a desigualdade e os obstáculos enfrentados por essas pessoas na busca de assistência à saúde.

Marquete *et al.* (2018), em sua pesquisa com 42 acadêmicos da área da saúde, identificaram que 36 dos alunos referiram não se sentir preparados para atender pessoas com deficiência auditiva e 33 dos participantes da pesquisa afirmaram não saber se comunicar com pessoas surdas ou com alguma deficiência auditiva. Apenas oito afirmaram saber comunicar-se com esses clientes por meio da Libras. Os profissionais relatam sentimentos de constrangimento e incapacidade que os impediam de realizar uma consulta satisfatória, e ofertar um cuidado adequado às necessidades da comunidade surda devido a falha no processo de comunicação.

Sanches *et al.* (2019), relataram a experiência vivenciada por discentes do curso de graduação em Enfermagem, em uma atividade de extensão voltada para a sensibilização sobre o papel do enfermeiro no atendimento ao surdo e para a importância do uso da linguagem de sinais em seu campo de atuação, constatou que

a mulher com deficiência auditiva, por estar em contato mais vezes do que o homem para atendimentos de rotina, como preventivo e pré-natal, acaba passando um pouco mais por constrangimentos porque não encontra oportunidade de se expressar e nem de expor as suas dúvidas na consulta. Trouxeram questionamentos sobre inserir a Língua Brasileira de Sinais nas grades curriculares das universidades na área de saúde, não sendo optativa, mas sim obrigatória, momento em que todos os alunos apoiaram a ideia, e até se propuseram a participar de algum curso nesta área.

Os resultados de Marquete *et al.* (2018) e Sanches *et al.* (2019), mostraram que a língua brasileira de sinais ainda é pouco conhecida entre a população, inclusive os estudantes da área da saúde, sendo necessário que haja um aprimoramento no processo de comunicação com pessoas que possuem deficiência auditiva. É de suma importância que os profissionais da saúde busquem mecanismos que proporcionem uma melhor comunicação com esse público, minimizando os riscos por falta de informação.

De acordo com o Código de Ética do Profissional Enfermeiro (CEPE), em seu artigo segundo, é direito do enfermeiro “aprimorar seus conhecimentos técnicos, científicos e culturais que dão sustentação a sua prática profissional.” No artigo quinze, o enfermeiro tem o dever de ofertar uma assistência livre de preconceito de qualquer natureza. No que tange a esta temática, os profissionais de enfermagem têm o direito e o dever de realizar cursos de formação em Libras para prestar uma melhor assistência a pessoas surdas (SILVA; ANDRADE, 2018).

Nepomuceno *et al.* (2022), no estudo realizado, demonstraram por meio das reflexões obtidas, a partir da assistência em saúde prestada a uma paciente de 50 anos e surda, determinou que as barreiras de comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissionais de saúde são efeitos de causas estruturais, sendo necessário a discussão desses aspectos, como por exemplo, a não obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de ensino médio e superior.

Foi visto que profissionais, na tentativa de melhorar a comunicação com pessoas deficientes auditivas, utilizam de estratégias específicas, que muitas vezes não se mostram eficazes. Alguns dos principais recursos utilizados por esses profissionais são: comunicação verbal-oral, língua portuguesa escrita, leitura labial, acompanhante ouvinte, mímica/gestos e desenhos/figuras. Esses recursos são superestimados e geram problemas e desagrado no relacionamento com usuários

surdos. Isso tudo evidência, ainda mais, a importância do conhecimento de Libras para melhor atender ao público com deficiência auditiva (SANTOS *et al.*, 2022).

É importante ressaltar que processos de letramento em saúde sejam bem executados para dar maior acessibilidade as pessoas com deficiência auditiva. O Letramento em Saúde está diretamente relacionado à promoção da saúde e prevenção de agravos, é evidente que a falha nesse processo leva ao uso inadequado de serviços e a maus índices de saúde. O LS em pessoas surdas e com deficiência auditiva modifica positivamente todo o tratamento, provendo o cuidado longitudinal e melhorando o prognóstico desse paciente (RIBAS; DE ARAUJO, 2021).

Há muito tempo, profissionais relacionados a educação musical e pesquisadores discutem a expressão “a música é para todos”, muito se questiona se essa frase se configura em uma dúvida ou uma afirmação. Silva (2019, p. 34), argumenta ser uma angústia da atualidade pois “Será que uma pessoa com deficiência auditiva está inserida nesse contexto?”. Quando se discute a respeito da educação inclusiva, Brasil (2008), refere, também, ao direito ao acesso, à constância e ao êxito no decorrer do percurso escolar, bem como a forma que essas etapas foram conduzidas e alcançadas pelos discentes.

Embora haja inúmeras pesquisas, relatos e documentos a nível nacional e internacional a favor de uma sociedade mais igualitária, onde traz a inclusão como o principal fundamento para que se estabeleça a justiça social, o que se percebe, é um escuso obstáculo atitudinal que se exterioriza socialmente, que é compreendido como capacitismo.

Para Gesser, Block e Mello (2020), capacitismo é uma maneira preconceituosa e discriminatória que aparece quando alguém ignora a capacidade de outra pessoa, pelo motivo do outro ter algum tipo de deficiência. Apesar do ser humano se caracterizar com a diversidade, pois as pessoas são únicas, independente se possuem ou não algum tipo de deficiência, a conduta capacitista encontra-se escondida nas camadas sociais.

Souza (2021), discorre que, quando se refere a identidade, é importante demonstrar a origem e a trajetória das diferenças sociais, onde ensinamentos, normas, pensamentos, costumes, políticas, crenças e opiniões se diferenciam. Essas composições, que são passadas através das gerações são denominadas de cultura.

O capacitismo está, intimamente, ligado às conexões de poder entre os seres humanos com ou sem deficiência, pois nesta percepção, Gesser, Block e Mello (2020, p.18), dizem que:

[...] tem sido compreendido como um eixo de opressão que, na intersecção com o racismo e o sexismo, produz com efeito, a ampliação dos processos de exclusão social [...], e ainda, [...] tem relação com o aperfeiçoamento do sistema capitalista, à medida que há o estabelecimento de um ideal de corponormatividade que corrobora com a manutenção e aperfeiçoamento desse sistema econômico.

Compreender o significado de cultura é primordial para esboçar uma análise da singularidade do ser humano frente a diversidade, que é entendida como algo inerente à pessoa diante de seus traços de dissemelhança e contestação que, concomitantemente, evidencia sua posição de pluralidade e multiplicidade. Dessa forma, a análise mais correta para se entender a desigualdade entre as sociedades se define nas relações da forma que a cultura de um povo se constitui (SOUZA, 2021).

Ainda para a autora acima citada, assuntos relacionados a identidade contemporânea se associam à recriação do homem como ser cultural, compreendido como um procedimento metamórfico. Se isso não ocorresse, as pessoas não seriam identificadas como humanos.

Essa reflexão confirma o trajeto de um indivíduo surdo diante do contentamento da sociedade em socializá-lo, ou seja, reabilitá-lo a fim de alcançar um grau de normalidade de forma a inseri-lo na sociedade, fazendo com que diversidade torne invisível para todos. E, adicionando, Martins e Monteiro (2020, p. 45), explicam que:

[...] a experiência da deficiência auditiva é desconsiderada, influenciando e consolidando práticas caritativas, assistencialistas e capacitistas. A categoria de análise estuda a opressão, a violação de direitos humanos e o controle, quando a experiência da deficiência auditiva é negligenciada, silenciada, invisibilizada.

Diante desse contexto, entende-se que os surdos são marginalizados, segundo Gesser, Block e Mello (2020), em decorrência de suas diferentes condições, ao se ponderar envoltas por grupos sociais que não admitem a formação dessa identidade. A postura assertiva, portanto, é estabelecida de como percorrer a trajetória para o fazer musical, respeitando os deficientes surdos, superando a concepção simplista, terapêutica, assessorial e altruísta.

Outro ponto considerado importante é a comunicação assertiva. A comunicação é descrita, de acordo com Thomaz *et al.* (2019), como uma necessidade humana em compartilhar ideias, informações, sentimentos e mensagens a fim de haver compreensão entre os seres humanos. Esse processo comunicativo pode acontecer de diversas formas, como, por exemplo, a linguagem verbal, não verbal, facial, postural e escrita. Quando há falha na comunicação, o atendimento humanitário se torna inviável. No entanto, os profissionais entendem que, mesmo que haja outras formas de comunicação, quando se trata de surdos, a linguagem de sinais é a mais viável.

Bernardo *et al.* (2021), em uma de suas pesquisas confirmaram que há um descrédito relacionada a população surda, que são vistos como incapazes, fracos e doentes, intervindo, desta forma, na inclusão social. Ainda nesta pesquisa, os deficientes visuais narram a dificuldade de se comunicarem devido a incompatibilidade da linguagem.

Segundo Marquete *et al.* (2018), a língua de sinais promove a troca de informações entre a comunidade surda e os não surdos, e quando não se utiliza essa linguagem a interação entre as pessoas são afetadas, provocando a exclusão social. Para Sanches *et al.* (2019), é necessário que os profissionais de saúde aprendam a linguagem de sinais (Libras), para que haja troca de informações, experiências, aumento da qualidade de vida e interação social.

A incorporação de Libras nos currículos universitários se faz necessário, pois, de acordo com Thomaz *et al.* (2019), é somente assim, a população estará preparada para que ocorra a verdadeira inclusão social. Entende-se que não dominar a língua brasileira de sinais é um dos requisitos que dificulta a comunicação assertiva, pois, dificilmente haverá troca ou interpretação de informações diante pessoas com deficiência auditiva.

7 CONCLUSÃO

Deficiência auditiva é a perda parcial ou total da audição e os principais tipos de deficiência auditiva se dividem em condutivas e sensorio-neural. Estudos evidenciaram que essas pessoas têm dificuldade para o acesso aos serviços de saúde, em razão da dificuldade de comunicação com os profissionais de saúde. Devido a essa falha, o atendimento não é eficaz e deixa lacunas desde o acolhimento. É nítido que o atendimento a pessoas surdas é cerceado de empecilhos, tanto sociais quanto culturais.

Foi visto que a maior dificuldade encontrada pelas pessoas com deficiência auditiva foi para ouvir e entender o que os profissionais de saúde disseram na última visita a algum serviço de saúde, resultando em um problema de comunicação, onde as informações de saúde não foram passadas de maneira adequada. Com isso, observou-se que a maioria dos profissionais de saúde não tem conhecimento sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e recorrem a estratégias não eficazes para tentar melhorar a comunicação com esse público e gera desconforto entre pessoas com deficiência auditiva com sentimento de exclusão social.

Visto que as estratégias de comunicação entre os profissionais de saúde e a pessoa com deficiência auditiva estão sendo falhas, é necessário que os profissionais de saúde se capacitem, por meio do curso de Libras e que compreenda a importância de metodologias comunicacionais como o Letramento em Saúde, para estarem prontos para prestar cuidados a este público. Essa medida tornará o atendimento satisfatório e efetivo. O enfermeiro, como profissional diretamente relacionado com a promoção e prevenção da saúde, desempenha um dos papéis mais importantes nas estratégias de comunicação assertiva, tanto para a equipe de saúde quanto a pessoa com deficiência auditiva.

Sendo assim, a inclusão da pessoa com esta deficiência se tornou mais discutida atualmente com a pandemia da COVID-19, em que usos de máscaras dificultaram o acesso a comunicação para pessoas surdas-oralizadas, pois o uso de máscaras impede a leitura orofacial. Contudo é necessária capacitação acerca das linguagens, compreensão e empatia dos profissionais de saúde para o atendimento com qualidade a este público denominado de pessoas “surdas que ouvem”.

REFERÊNCIAS

- BALEN, Sheila Andreoli, BRAZOROTTO, Joseli Soareslen. **Tecnologias em audiologia**: perspectivas para a atuação fonoaudiológica. SEDIS-UFRN: Natal/RN, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47494>. Acesso em: 20 out. 2022
- BARBOSA, Simone *et al.* Letramento em saúde como estratégia de promoção da saúde: um estudo de revisão narrativa. **Conjecturas**, v. 22, n. 7, p. 211-233, 2022. Disponível em: <http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1155>. Acesso em: 13 out. 2022.
- BERNARDO, Lucas Andreolli *et al.* Potências e limites no cotidiano da formação acadêmica no cuidado à saúde da pessoa surda. **Escola Anna Nery**, v. 25, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0341>. Acesso em: 13 set. 2022.
- BESS, Fred H.; HUMES, Larry. **Audiology: the fundamentals**. Lippincott Williams & Wilkins, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 28 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de outubro de 2001**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais -Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, 18 jan. 2002. Seção 1, p.31. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 28 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória nº 2.208, de 17 de agosto de 2001. Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF: 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12933.htm. Acesso em: 20 set. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, 25 jul. 1991, republicado em 14 ago. 1998. Disponível em: http://www.ibdd.org.br/arquivos/leis/Lei%20n%208.213_91.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamentode Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes de Atenção da Triagem**

Auditiva Neonatal / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e Departamento de Atenção Especializada. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: www.saude.gov.br/editora. Acesso em: 15 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 72 p. - (Série E. Legislação em Saúde) ISBN 978-85-334-1399-3

BRASIL. **Portaria nº 793, de 24 de abril de 2012**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html. Acesso em: 10 jun. 2022.

Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências [texto na Internet]. Brasília(DF): Presidência da República; 1999. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2022.

Brasil. Presidência da República. **Lei no 8.899, de 29 de junho de 1994**, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual [Internet]. Brasília (DF): Presidência da República do Brasil; 2000 Dez 19. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3691.htm. Acesso em: 10 set. 2022

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Brasília, DF: MEC/SEESP**, 2008.

BRITTO, Fernanda da Rocha; SAMPERIZ, Maria Mercedes Fernandez. Communication difficulties and strategies used by the nurses and their team in caring for the hearing impaired. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, p. 80-85, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010AO1339>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, **Projeto de Lei PL 4578/20** Apensado ao PL 3868/2008. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262897>. Acesso em: 01 nov. 2022.

CARVALHO, Evelyn Lara; MAZEU, Thaís Oliveira de Avellar; SANTOS, Sílvia Regina Martins dos. Estratégias de comunicação utilizadas no atendimento de portadores de deficiência auditiva. **Revista Recien-Revista Científica de Enfermagem**, v. 12, n. 37, p. 57-66, 2022. Disponível em: <http://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/603>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CASTRO, Shamyry Sulyvan de; PAIVA, Karina Mary; CÉSAR, Chester Luiz Galvão. Dificuldades na comunicação entre pessoas com deficiência auditiva e profissionais de saúde: uma questão de saúde pública. **Revista da**

Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, v. 17, p. 128-134, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-80342012000200005>. Acesso em: 10 out. 2022.

DAVIS, Hallowell; SILVERMAN, Sol Richard. Auditory test hearing aids. **Hearing and deafness**, p. 235-279, 1970.

ELIAS, Claudia de Souza Rodrigues *et al.* Quando chega o fim? Uma revisão narrativa sobre terminalidade do período escolar para alunos deficientes mentais. **SMAD, Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 8, n. 1, p. 48-53, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/803/80323610008.pdf>. Acesso: 10 out. 2022.

FRANÇA, B. DA S.; TELES, V. R.; RABELO, T. S. .; PINHEIRO, P. R. DOS S.; LAGE, G. M. L. .; MOCCELLIN, M. C.; TAVARES, M. DE M. .
Acessibilidade de deficientes auditivos na atenção primária: uma reflexão sociocultural sob o olhar da enfermagem. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, n. 3, p. 995-1007, 22 maio 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/resa2021.v14i3.a50725>. Acesso em: 10 out. 2022.

GANDRA A. País tem 10,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/brasil-tem-107-milhoes-de-deficientes-auditivos-diz-estudo>. Acesso em: 5 ago. 2022.

GESSER, M.; BLOCK, P.; MELLO, A. G. **Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social**. In: GESSER, M.; BÖCK, L. K.; LOPES, P. H. Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. p. 17 – 35.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/848/84842555015.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde 2019 Ciclos de Vida. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101846.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

JANONE, L.; ALMEIDA, P. **Brasil tem mais de 17 milhões de pessoas com deficiência, segundo IBGE**. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/brasil-tem-mais-de-17-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-segundo-ibge>. Acesso em: 10 ago. 2022.

KARSTEN, Raphaela Marques Lopes; VIANNA, Nubia Garcia; SILVA, Eliete Maria. Comunicação do surdo com profissionais de saúde na busca da integralidade. **Saúde e Pesquisa**, v. 10, n. 2, p. 213-221, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/1983-1870.2017v10n2p213-221>. Acesso em: 10 jun. 2022.

MARQUES, Suzana Raquel Lopes; LEMOS, Stela Maris Aguiar. Letramento em saúde e fatores associados em adultos usuários da atenção

primária. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, p. 535-559, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00109>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MARQUETE, Verônica Francisqueti *et al.* Formação de profissionais para a atenção a saúde de deficientes auditivos. **Rev. enferm. UFSM**, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/30966/pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

MARQUETE, Verônica Francisqueti; COSTA, Maria Antônia Ramos; TESTON, Elen Ferraz. Comunicação com deficientes auditivos na ótica de profissionais de saúde. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/24055>. Acesso em: 13 out. 2022.

MARTINS, J. S. S.; MONTEIRO, J. L. Contribuições da ética do cuidado para a construção de práticas de coensino emancipatórias. In: GESSER, M.; BÖCK, L. K.; LOPES, P. H. **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. 248 p.

MEDEIROS, Jacinta de Aguiar. **O processo de reimplantação da estratégia de saúde da família (ESF) no município de Campos dos Goytacazes/RJ entre os anos de 2009/2015: Avanços e desafios**. 2018. Tese de Doutorado. Dissertação (Dissertação em Políticas Sociais)—UENF, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/politicas-sociais/wp-content/uploads/sites/11/2018/05/JACINTA-DE-AGUIAR-MEDEIROS.pdf>. Acesso em 10 out. 2022.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & contexto-enfermagem**, v. 17, p. 758-764, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>. Acesso em: 10 out. 2022.

MONDELLI, Maria Fernanda Capoani Garcia e BEVILACQUA, Maria Cecília. **Estudo da deficiência auditiva das crianças do HRAC-USP, Bauru-SP: subsídios para uma política de intervenção**. Sinopse de Pediatria, v. 8, n. 3, p. 51-62, 2002 Tradução. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001290874> . Acesso em: 13 nov. 2022.

MOREIRA, P. P. **Surdez ou Deficiente Auditivo: qual é o termo certo?** 2022. Disponível em: <https://cronicasdasurdez.com/surdo-ou-deficiente-auditivo-qual-certo/>. Acesso em: 09 dez. 2022.

NEPOMUCENO, Samara *et al.* Assistência de enfermagem a uma paciente surda hospitalizada: relato reflexivo de uma experiência. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 96, n. 38, 2022. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/07/1378617/katiasimoes20181349-textodoartigo-pt.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag; FIÚZA, Nara Lúgia Gregório; REBOUÇAS, Cristiana Brasil de Almeida. Aspectos da comunicação da enfermeira com o deficiente auditivo. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 41, p. 411-418, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342007000300010>. Acesso em: 13 out. 2022.

PIOVESAN, Flávia. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Decreto Legislativo no 186/2008 – Decreto no 6.949/2009. Novos Comentários. 2014. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao-sdpcd-novos-comentarios.pdf>. Acesso em: 07 set. 2022.

PRATA, Rafaela Aparecida *et al.* Letramento em saúde de adolescentes na pandemia de COVID-19: revisão integrativa. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0956> <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2021-0956pt>. Acesso em: 18 set. 2022.

QUEIROZ, M. A. Acessibilidade nos Meios de Informação e Comunicação. **Bengala Legal**. MAQ. Rio de Janeiro - RJ – Brasil, 2008. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/meios>. Acesso em: 10 set. 2022.

REZENDE, Regiane Ferreira, GUERRA, Leonor Bezerra e CARVALHO, Sirley Alves da Silva. The perspective of deaf patients on health care. **Revista CEFAC**, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0216/20212320620>. Acesso em: 10 set. 2022.

RIBAS, Késsia Hellen; DE ARAÚJO, Andrey Hudson Interaminense Mendes. A importância do Letramento em Saúde na Atenção Primária: revisão integrativa da literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 16, p. e493101624063-e493101624063, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24063>. Acesso em: 10 set. 2022.

RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva *et al.* Redecin Brasil: a construção metodológica de um estudo multicêntrico para avaliação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 25, p. e200767, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/interface.200767>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SANCHES, Isline Carizia Borges *et al.* O papel do enfermeiro frente ao paciente surdo. **Rev. enferm. UFPE online**, p. 858-862, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/238964/31595>. Acesso em: 10 out. 2022.

SANTOS, Jane Karla *et al.* Comunicação efetiva como forma de inclusão no atendimento à pessoa com deficiência auditiva. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 13, 2022. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35212>. Acesso em: 13 set. 2022.

SCHWARZ, Andrea; HABER, Jaques. Cotas: como vencer os desafios da contratação de pessoas com deficiência. **São Paulo: Social**, 2009. 270 f. Disponível em: <https://vidamaislivre.com.br/uploads/isocial/livro-cotas.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SILVA, Daniele Feiten Da; ALVES, Cássia Ferrazza. Aceitação Familiar da Criança com Deficiência: Revisão Sistemática da Literatura. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003209337>. Acesso em: 10 set. 2022.

SILVA, Mariana Teixeira. **O Som dos Gestos**. 2019. Tese de Doutorado FCSH – Universidade Nova Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/58908>. Acesso em: 06 dez. 2022.

SILVA, Nubia Grazielle Prota; ANDRADE, Erci Gaspar da Silva. Comunicação eficaz através da língua brasileira de sinais do profissional de enfermagem com os deficientes auditivos. **Revista de Iniciação Científica e Extensão**, v. 1, n. 1, p. 11-17, 2018. Disponível em: <https://revistasfacesa.senaaires.com.br/index.php/iniciacao-cientifica/article/view/36>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SOARES, Adelia Karla Falcão *et al.* Comunicação em saúde nas vivências de discentes e docentes de Enfermagem: contribuições para o letramento em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 1753-1762, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.21462021>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOARES, Imaculada Pereira *et al.* Como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo como eu falo com você? A comunicação do enfermeiro com o usuário surdo. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 32, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25978>. Acesso em: 10 jun. 2022.

SOUZA, Valdenize Gomes de. Escola bilíngue X escola comum: a construção da identidade doo aluno surdo em diferentes espaços escolares. **Revista Eletrônica Mutações**, v. 14, n. 23, p. 73-88, 2021. Disponível em: [//periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/10513](https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/relem/article/view/10513). Acesso em: 10 jun. 2022.

TEIXEIRA, J. A. C. Comunicação em saúde: relação técnicos de saúde-utentes. **Anál Psicol.** 2004; 22 (3): 615-20. Disponível em: https://www.saude.sp.gov.br/resources/sucen/homepage/outros-destaques/jornada-a-distancia/comunicacao_em_saude.pdf. Acesso em: 10 jun. 2022.

THOMAZ, Manuela Maschendorf *et al.* Acessibilidade do adolescente com deficiência auditiva aos serviços de saúde. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 21, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/55502>. Acesso em: 20 nov. 2022.

VERNIER, Luíza Silva; CAZELLA, Sílvio César; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro. Triagem Auditiva Neonatal: protocolos, obstáculos e perspectivas de fonoaudiólogos no Brasil-10 anos da Lei Federal Brasileira 12.303/2010. In: **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20212020331>. Acesso em: 20 nov. 2022.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista diálogo educacional**, v. 14, n. 41, p. 165-189, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189130424009.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2022.